

A REVISTA
CENTENÁRIA DA
CASA DE SERGIPE
(1913-2013)

THE MAGAZINE
CENTENNIAL HOUSE
SERGIPE
(1913-2013)

Ibarê Dantas*

RESUMO

Este trabalho analisa a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) no ensejo das comemorações de seu centenário. Criado em 1913, no ano seguinte à fundação do IHGSE, o periódico atravessou momentos diferenciados, constituindo fases sequenciais com características específicas. Este escrito destaca o contexto em que os artigos foram produzidos e publicados, a regularidade e as descontinuidades, os autores e as tendências, as dificuldades encontradas e as realizações. Ao final, esboçaremos uma breve avaliação do significado das suas contribuições ao acervo cultural de Sergipe.

Palavras-Chave: Cultura, Intelectuais, Periódico, Sergipe.

ABSTRACT

This paper *analyzes* the Sergipe's Historical and Geographical Institute ("IHGSE") Journal on the occasion of its centenary celebrations. Created in 1913, one year after the foundation of the Institute, the Journal went through different moments, representing sequential phases with specific characteristics. This writing highlights the context in which the articles were produced and published, the regularities and discontinuities, authors and trends, difficulties and achievements. Finally, it intends to outline a brief assessment of the significance of their contributions to the cultural heritage of Sergipe.

Keywords: Culture, Intellectuals, Journal, Sergipe.

* José Ibarê Costa Dantas é historiador com formação em Ciência Política, Doutor Honoris Causa pela UFS. Presidiu o IHGSE de 19.12.2003 a 19.01.2010. E-mail: jibare@infonet.com.br.

INTRODUÇÃO

Desde quando o IHGSE foi fundado em 1912, com o apoio de magistrados e professores, a publicação de uma revista esteve no horizonte de seus fundadores. Inspirados no exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos congêneres estaduais, a ideia de lançar um periódico destinado a enriquecer e cultivar as tradições culturais do Estado aparecia como um dos objetivos mais almejados.

Os discípulos de Tobias Barreto e Sílvio Romero que residiam em Sergipe, impregnados do cientificismo da época, acreditavam na importância do debate e na divulgação do saber como forma de contribuir para o esclarecimento da sociedade. E tal era o entusiasmo que, formalizada a instituição com seu quadro de diretores e associados, a criação da Revista foi anunciada como projeto de publicação trimestral e, em 1913, começaria a circular. A ambição de editar quatro números anuais de fato nunca se concretizou. Mas, apesar das dificuldades conjunturais, algumas das quais relativamente duradouras, o periódico resistiu. Sofreu ausências prolongadas, entretanto nunca foi abandonado e, ao celebrar seu centenário, aparece como o mais longo do Estado.

Ao lembrar aqui sua trajetória, por vezes dificultosa, destacamos os momentos históricos em que o material foi divulgado, os textos produzidos, os principais atores envolvidos e a sua importância para o cenário cultural de Sergipe. Para tanto, tomamos por base algumas obras, especialmente o livro de Itamar Freitas que estudou sistematicamente a Revista no período de 1913-1999,¹ e uma memória que publicamos em 2012 por ocasião das celebrações do centenário da *Casa de Sergipe*,² como carinhosamente é chamado.

¹ FREITAS, Itamar. *A Escrita na "Casa de Sergipe"*. São Cristóvão: EDUFS - F. Oviêdo Teixeira, 2002. O mesmo autor produziu sua dissertação de mestrado com texto mais vasto e de maior importância: *A Casa de Sergipe. Historiografia e Identidade na Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*. 2000. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

² Ibarê Dantas. *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão, Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, 491 p.

Em torno dessas leituras, a análise da Revista do IHGSE, por ocasião de seu centenário, revela, ao menos, quatro fases de sua produção e circulação: a primeira, de 1913 a 1929; a segunda de 1939 a 1965; a terceira fase de 1976 a 2002 e, a última fase, de 2005-2012.

PRIMEIRA FASE (1913-1929)

Denominamos de primeira fase o período de 16 anos que se iniciou com o lançamento do número um da Revista e prosseguiu até o número 14 em 1929. Foi no tempo da Primeira República, quando a intelectualidade local concentrava-se nos profissionais das áreas de direito e medicina, em geral formados na mentalidade cientificista, influenciados pelo monismo mecanicista de Haeckel, pelo evolucionismo de Spencer e pela antropogeografia de Ratzel.³

A ideia de publicar trimestralmente uma Revista constou no § 4º do artigo 1º dos Estatutos aprovados em 27.08.1912 e sua instituição praticamente aconteceu quando o sócio fundador Prado Sampaio, com certa modéstia anunciou: “Esta Revista que lhe é um dos órgãos, não terá o brilho do espelho de Arquimedes, não refletirá luz ao longe; mas lhe será o refletor de suas labutas e canseiras, de seus desalentos ou conquistas.”⁴

No ano seguinte a esse anúncio, apareceu o primeiro número, revelando os documentos básicos da organização do Sodalício e dois trabalhos de cunho histórico. Apesar da ambição de editar um periódico trimestral, a realidade impediu a concretização desse projeto. Os diretores conseguiram publicar apenas por quatro anos dois números.⁵ Nos demais

³ Itamar Freitas. *Ob. Cit.*, p. 66.

⁴ O escrito que anunciou foi datado de 21.09.1912. RIHGSE, n.1. 1913, p. 25.

⁵ Os quatro anos foram em 1913, 1914, 1916 e em 1929. A numeração dessa fase é um tanto complicada. Fala em ano, fascículo, volume e, às vezes, em trimestre sem regularidade nos critérios. Exemplos: o n. 02, 1913, aparece como correspondente ao 2º, 3º e 4º trimestres; n. 03, 1914, Fascículo (F) I Vol. II; n. 4, 1914, ano 2, F. II e Vol. II; n. 05, 1916, F. III e IV. Vol. II; n. 6, 1916, F. I a IV, Vol. III; n. 7, 1917 (sem indicação de F. ou Vol); n. 8, 1919, Ano IV, Vol. IV; n. 09, 1920, Ano V, Vol. V; n. 10, 1925, Ano VI a X, F. 2; n. 11, 1926, Anos VI e X; n. 12, 1927, Anos XI e XII, Vol. VII; n. 13, 1929, Ano XIII, Vol. VIII; n. 14, 1929, ano XIV, Vol. IX.

anos dessa fase, quando muito apareceu uma Revista por ano, deixando de circular em sete anos.⁶ Mesmo assim, em termos de frequência, essa primeira fase revelou-se mais exitosa do que as duas subsequentes.

Nos primeiros nove anos de existência do IHGSE, dois desembargadores sucessivamente presidiram o Sodalício, contaram com o apoio dos presidentes do Estado da época e imprimiram uma rotina de funcionamento em certa medida profícua, da qual a Revista foi o fruto mais duradouro,⁷ com tiragem média de trezentos exemplares dos números um até o oito. A menor produção tudo indica que fora o número nove com 200 unidades.⁸

Uma das maiores limitações desse período foi a carência de sede própria, levando o Instituto a mudar de local de tempos em tempos, motivo pelo qual a diretoria eleita em 1927 decidiu concentrar todas as energias na campanha pela construção de sua casa exclusiva, deixando a edição da Revista para quando houvesse estabilidade.

Não obstante esses problemas, os 14 números publicados nessa fase divulgaram um conjunto de matérias relacionadas ao Sodalício, tais como estatuto, atas das reuniões da diretoria, participantes das comissões permanentes, listagem de membros da diretoria, relação dos sócios honorários, beneméritos, efetivos e correspondentes, discursos, palestras etc. Entretanto, mais importante foi a reprodução de documentos históricos e artigos sobre a realidade sergipana.

Lembremo-nos que, na época, o Estado era desprovido de curso superior. Os periódicos que apareciam, além de sua duração efêmera, eram em geral de poucas páginas, voltados para questões literárias, salvo a *Revista Agrícola* e a *Forense* que circularam alguns anos na primeira década. Havia, portanto, uma grande carência na área de ciências humanas, e os intelectuais que se interessavam pelo passado de Sergipe dispunham apenas de jornais para suas publicações ligeiras.

⁶ Deixou de circular em 1915, 1918, 1921, 1922, 1924, 1928.

⁷ Ver Ibarê Dantas. *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão, Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 49-106.

⁸ Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 23.

A Revista do IHGSE significou então um grande estímulo para os escritores desse tempo que encontraram nesse veículo uma oportunidade para expor suas reflexões de conformidade com as finalidades da instituição de

(...) publicar os documentos, memórias e crônicas relativas às datas históricas, à distribuição geográfica, às curiosidades arqueológicas, ao folclore, à etnografia e línguas dos indígenas a tudo que possa concorrer para a História do Brasil e especialmente de Sergipe.⁹

Percebendo que para escrever a História era necessário conhecer as fontes, uma das principais preocupações dos organizadores da Revista foi a divulgação de documentos básicos. Por exemplo, as Atas do Conselho do Governo da Província, que tratavam das atividades legislativas do período 1824-32, informando sobre “a criação de vilas e freguesias, abastecimento, segurança, eleições, receita e despesa, limites entre Sergipe e Bahia,”¹⁰ terras indígenas, tentativas de revoltas dos escravos, ensino, migrações, conflitos entre lavradores e agricultores, entre outros assuntos, passaram a ser publicadas. Além disso, havia os artigos informativos e/ou substanciais.

A emancipação política de Sergipe recebeu número especial por ocasião do primeiro centenário, quando, além de textos sobre o tema, foi transcrito o Decreto assinado por D. João VI, tornando a capitania de Sergipe d’El-Rey independente da capitania da Bahia. Ademais, publicou-se a relação dos governantes de Sergipe desde os tempos de província. O número 8 foi dedicado à *Memória sobre o poder legislativo em Sergipe (1824-1889)* (sic) de autoria de Lima Júnior, que também publicou trabalhos atinentes à história de dois municípios e, especifica-

⁹ Estatutos do IHGSE, artigo 1º Parágrafo 1º RIHGSE, n.1. 1913. No Parágrafo 2º trata exclusivamente da finalidade de escrever biografias daqueles com serviços prestados a Sergipe.

¹⁰ Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 32.

mente, sobre a Revolução de Santo Amaro (n. 5), que até hoje continua como a grande referência historiográfica sobre o assunto.¹¹

Dentro do variado elenco de temas tratados, lembramos o *Glossário Etimológico dos nomes da língua tupy na Geografia do Estado de Sergipe* (n. 5) do erudito sergipano Armindo Guaraná.¹² Sobre os indígenas, procurou-se também, por meio de palestra, despertar o público para o tema. Entretanto, nessa primeira fase, não encontramos análises específicas sobre o negro nem referências nos Estatutos.

Na área da geografia, aparecem estudos analisando o território, o relevo, a vegetação, a hidrografia, enfim, as características do espaço do Estado. Os estudos biográficos ocuparam muitas páginas do órgão do IHGSE, objetivando interpretar formas de pensamento e estabelecer referências exemplares com finalidade educativa. De um lado, houve os trabalhos sobre as obras de intelectuais sergipanos, como Sílvio Romero, Tobias Barreto, João Ribeiro. De outro, apareceram as histórias de vida de vultos históricos, de artistas, políticos e/ou profissionais liberais destacados.

Para Itamar Freitas, as biografias,

estavam em concordância com o caráter comemorativo da instituição e os critérios estabelecidos para a escolha dos retratados nas outras atividades memorialísticas (bustos, pinturas): estadistas, políticos literatos, sábios e artistas.¹³

¹¹ Francisco Antonio de Carvalho Lima Júnior nasceu na cidade de Itabaiana (1856-1929) e revelou-se um dos maiores historiadores do seu tempo. Deixou ampla produção historiográfica. Sobre Lima Jr., ver José Wilson Moura Santos. *A Historiografia de Francisco de Carvalho Lima Júnior: Introdução e Antologia*. Monografia de Graduação. São Cristóvão, UFS, 2002. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925.

¹² Manuel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) nasceu em São Cristóvão e bacharelou-se em Direito em Recife. Foi promotor, juiz e desembargador. Pesquisador dedicado, foi assíduo colaborador da Revista nessa fase. Deixou *Catálogo informativo sobre os jornais de Sergipe do período 1832 a 1908 e o engenhoso Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano* publicado em 1925, quando já havia falecido.

¹³ Itamar Freitas. *Ob. cit.*, 2002. p. 45.

Certos movimentos cívicos também mereceram publicação, como foi o caso da *Liga Sergipana contra o Analfabetismo* (n. 8). Entretanto, o tema que despertou mais debate foi a questão dos limites com a Bahia. Como havia queixas dos sergipanos, principalmente a partir das primeiras décadas do século XIX, ainda em 1913 foi provocada a discussão e, ao longo dos anos, os debates internos foram enriquecidos pelos ensaios divulgados pela Revista.

Embora o historiador Felisbello Freire e seu mano Laudelino Freire, tenham publicado suas Histórias de Sergipe em 1891 e 1898, respectivamente, havia a percepção de que ambas careciam de complementação. A primeira chegava até meados do século XIX e a segunda, embora avançasse mais no tempo, tinha caráter didático voltado para os estudantes do primeiro grau.

Sem menosprezar esses precedentes, a intelectualidade do Instituto parecia perceber que era necessário alargar o campo de estudo, disponibilizando para o público documentos relevantes e textos interpretativos, entre os quais os *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*¹⁴(1860) (n. 6), considerado por alguns como a primeira tentativa de esboço da história local. Foram divulgadas também reflexões teóricas como o artigo sobre concepção de História. Apareceram também estudos interpretativos engenhosos entre os quais *Etno-Psicologia e geografia social sergipana* (n. 6), escrito por Prado Sampaio Leite, um dos mais assíduos colaboradores, encarregado da edição da Revista até meados dos anos vinte.¹⁵

¹⁴ Antonio José da Silva Travassos, Comendador (1832-1872). Proprietário rural, dedicou-se ao foro e foi tabelião do judicial. Homem dinâmico e audacioso, participou de vários embates políticos e deixou memórias sobre a história de Sergipe. Cf. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925.

¹⁵ Joaquim do Prado Sampaio Leite (1865-1932). Nascido em Aracaju, bacharel em Direito em Recife, foi promotor público, juiz de Direito em Sergipe, professor de Literatura, Lógica e Psicologia e Direito Público no Atheneu Sergipense. Ver Jackson da Silva Lima. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*, Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1995, p. 78.

Outros colaboradores assíduos e destacados foram: Manuel dos Passos de O. Teles¹⁶, Costa Filho¹⁷, Moreira Guimarães,¹⁸ Elias Montalvão¹⁹ e Caldas Barreto²⁰. Epifânio Dória (1884-1976)²¹ também colaborou com alguns artigos, com a seleção de documentos copiados da Biblioteca Pública, da qual ele era diretor, e como responsável pela Revista a partir de 1926.

No conjunto, essas colaborações foram de grande importância para o movimento intelectual sergipano com amplos efeitos reprodutivos. Afinal, revelavam descobertas e representações que começavam a ser construídas a partir dos documentos e da elaboração das memórias específicas sobre acontecimentos e personagens. À medida que esse acervo era publicado, nas páginas da Revista, estimulava-se o debate, a busca por novas investigações e a ampliação do conhecimento sobre a História estadual.

¹⁶ Manuel dos Passos de Oliveira Teles (1859-1935) natural da vila do Socorro em 1859, formou-se em Direito por Recife em 1885. Foi promotor e juiz. Dedicou-se ao ensino a produzir poesias, contos, novelas, ensaios e uma peça de teatro. Era um dos intelectuais sergipanos mais produtivos nas primeiras décadas do século XX. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Ob. cit.*, p. 216-218 e Jackson da Silva Lima. *História da Literatura Sergipana*, Aracaju, Fundesc, 1986, vol.2, p. 475.

¹⁷ Luiz José da Costa Filho (1886-1948) nasceu na cidade de Propriá. Dedicou-se ao jornalismo, cursou Direito da Bahia e deixou vasta produção. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925, p.

¹⁸ Antonio Maria Moreira Guimarães (1868-1940) nasceu em Laranjeiras a 11 de junho de 1868. Esteve na Escola Militar da Praia Vermelha e a deixou por motivo de saúde. Dedicou-se ao magistério, formou-se em Direito em 1902.

¹⁹ Dr. Elias Rosário Montalvão (1873-1935). Natural de Campos, hoje Tobias Barreto, fez os preparatórios em Aracaju, empregou-se no comércio, na Fazenda Pública e trabalhou na Delegacia de Aracaju. Formou-se em Odontologia na Bahia, mas se dedicou, sobretudo, à administração pública e aos estudos de História de Sergipe. Cf. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Ob. cit.*, 1925, p. 68. Ver também Leila Angélica Moraes de Andrade. “*Para formação do bom sergipano*”: Um estudo do livro didático *Meu Sergipe*, de Elias Montalvão (1916). *Cadernos da UFS – História da Educação*. São Cristóvão, v. 5, n.1, p. 91-103, 2003.

²⁰ Desembargador Manoel Caldas Barreto Neto (1871-1928) nasceu em Aracaju, em 1871, formou-se em direito pela Faculdade de Recife em 1892. Foi juiz municipal, juiz de direito, desembargador de 1912-1925, presidente do IHGSE nos períodos de 1916-21 e 1923-25. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*, Rio de Janeiro, Pongetti & Cia., 1925, p. 204.

²¹ Sobre Epifânio Dória, ver Ibarê Dantas. *Ob. cit.* 2012.

SEGUNDA FASE (1939-1965)

Da primeira para a segunda fase da Revista, houve um grande hiato. Quando os recursos federais para construção da sede pareciam assegurados, eclodiu a Revolução de 1930 e as negociações foram retomadas de forma lenta e problemática, absorvendo todas as energias da diretoria. Em 1933, as obras foram iniciadas e, dois anos depois, quando o esqueleto do prédio estava erguido, faleceu Nobre de Lacerda, presidente do IHGSE e um dos responsáveis pelo ordenamento das despesas do empreendimento. Epifânio Dória, o tesoureiro, ocupado como secretário do interventor, somente em 1937 pôde reativar a Instituição. Convocou os sócios e foi escolhido presidente. As obras foram então retomadas, a nova sede foi inaugurada em 1939 e, nesse mesmo ano, o Instituto celebrou o centenário de nascimento de Tobias Barreto com uma semana de preleções. Os textos dessas palestras foram transcritos no número 15 da Revista, que reapareceu após um intervalo de dez anos. Inaugurava-se a nova fase que haveria de perdurar por 26 anos. Durante esse tempo, foram editados 13 números, escritos por novo corpo de escritores, pois boa parte dos fundadores faleceu no final dos anos vinte ou no decorrer da década de trinta. Uma das exceções foi Epifânio Dória, que, depois de presidir a instituição no período 1937-1939, foi cognominado de Secretário Perpétuo e, de fato, ficou até os anos sessenta como o grande gerente do Sodalício, responsável por quase tudo, inclusive pela publicação da Revista.²²

A essa altura, as visões do mundo haviam se transformado. O mecanicismo do paradigma newtoniano fora superado pela teoria da relatividade que, por sua vez, seria complementada pela física quântica e pelo princípio do indeterminismo. O pensamento católico fortaleceu-se com movimento de renovação, defendendo os direitos do ser humano. A filosofia existencialista expandiu-se expressando as perplexidades diante das tragédias provocadas pela Segunda Grande Guerra.

²² Cf. Epifânio Dória. *RIHGSE*, n. 21, 1955, p. 3-4.

Não obstante o clima pesado do período da guerra, a democratização da sociedade brasileira a partir de 1945 animou as pessoas. O IHGSE, com prédio novo e imponente, vivia um grande momento de atividades. Nos anos cinquenta, em seu auditório aconteceram espetáculos memoráveis, principalmente de música, promovidos pela recém-criada Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS). Nesse meio tempo, a compra de mobiliário e algumas obras de ampliação limitaram as disponibilidades para publicação. Um pouco mais tarde, já nos anos sessenta, a inflação elevada e duas instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que encareceram o preço do papel, agravavam a situação e serviam de motivos para explicar as falhas na periodicidade.

Enquanto isso, vários outros periódicos de pequena dimensão haviam aparecido como a Revista da Academia Sergipana de Letras (1931) e a da Associação Sergipana de Imprensa (1949). Entretanto, quase todas revelavam-se efêmeras ou mais espaçadas do que a do IHGSE. De porte semelhante e, por vezes, mais encorpada, surgiu a Revista de Aracaju (1943) ligada à prefeitura da capital. Com facilidade de recursos para publicação, enriqueceu o meio intelectual, embora sua periodicidade tenderia a ser mais inconstante do que a da Casa de Sergipe.

Quanto aos novos redatores, também deixaram marcas importantes. Padre Aurélio de Vasconcelos Almeida (1911-1999), apesar de viver no interior de São Paulo, pesquisava o passado de seu Estado e enviou dois trabalhos de grande mérito, um sobre *Representação da Província de Sergipe D'el Rei no Parlamento Nacional (1823-1889)* (n. 20) e outro sobre a *Vida do primeiro apóstolo de Sergipe (Pe. Gaspar Lourenço)* (n. 21). José Calazans (1915–2001)²³ escreveu artigos meritórios e tornou-se o historiador mais reconhecido. Mas, em 1947, migrou para Salvador, deixando uma lacuna sentida. *Ve*z por outra, mandava uma contribuição e proferiu a palestra mais importante nas comemorações do jubileu do IHGSE intitulada *O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX* (n. 26).

²³ Jairo Carvalho do Nascimento. *José Calasans: A História Reconstruída*. 2004. Dissertação. Mestrado em História Social. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Felte Bezerra (1908-1990),²⁴ figura muito atuante, honrou o pequeno quadro dos intelectuais sergipanos e enriqueceu a Revista com suas contribuições na área da geografia. Entretanto, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1960 e fez falta. Em Sergipe permaneceram outros colaboradores, entre os quais João Dantas Martins dos Reis, que alimentou o periódico com seus textos sequenciais sobre as instituições jurídicas do Estado. Se as biografias haviam ocupado antes vasto papel, nesse novo período ampliaram-se em grande parte sob a lavra de Epifânio Dória, abnegado investigador do passado sergipano. A discussão sobre a Revolta de 1906 provocou depoimentos bastante informativos sobre esse movimento político liderado por Fausto Cardoso. Continuaram também a aparecer artigos interessantes sobre os municípios.

Mas, exceto essas criações acima assinaladas, em boa parte foi uma produção descritiva e impressionista, por vezes superficial, própria de amadores sem sólida formação, indicando carência de pesquisadores na área da História.

No início dos anos sessenta, as dificuldades do IHGSE se acentuaram. Epifânio Dória, envelhecido, com problemas de visão e audição teve atuação diminuída. Os fundos de manutenção se tornaram mais escassos, a intervenção militar tornou os ambientes suspeitos e, depois de 1965, a Revista deixou de circular temporariamente. Com o afastamento desse operoso administrador, custou a aparecer um presidente que enfrentasse os desafios de reativar o funcionamento do Instituto e fazer circular seu órgão de comunicação.

TERCEIRA FASE (1976-2002)

Quando o IHGSE atravessava um momento difícil, a professora Maria Thétis Nunes aceitou os apelos dos colegas de magistério para assumir a presidência da instituição e, em 1972, tomou posse. Seis anos

²⁴ Ver Beatriz Góis Dantas e Verônica M. M. Nunes (orgs). *Destinatário: Felte Bezerra. Cartas a um antropólogo Sergipano (1947-1959 e 1973-1985)*. São Cristóvão-SE, Editora da UFS, 2009.

depois, reapareceu a Revista em nova fase com o número 27 de 136 páginas. A citada mestra permaneceu à frente do Sodalício até 2003, num período de grandes transformações no Brasil e no mundo. Basta lembrar as mudanças nas relações internacionais com o fim da Guerra Fria e a derrocada de quase todos os regimes totalitários sob a denominação de Ditadura do Proletariado. No Brasil, transitamos do Estado Autoritário (1964-1984) para um regime democrático em contínua fase de construção. Vivenciamos um período de grande crescimento econômico e hiperinflação, corroendo salários e provocando turbulências financeiras até conquistarmos a estabilidade econômica em 1994, a partir da implantação do Plano Real.

Todo esse processo reproduziu-se em Sergipe através dos vários governos que se sucederam. As associações culturais proliferaram. Foram criados novos mecanismos institucionais para captação de recursos e, durante esse tempo, o Instituto editou sete números, quase todos expressando nas apresentações algumas dificuldades²⁵ No conjunto, foi o período de menor produção e circulação.²⁶

Apesar disso, houve avanço em alguns aspectos. Diante a instalação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968, paulatinamente apareceu um novo grupo de estudiosos de História. Sendo a presidente Thétis Nunes do corpo docente da recém-criada instituição de ensino superior, conseguiu a colaboração de vários professores universitários, alguns jovens, outros com nome firmado na intelectualidade sergipana. Dos antigos articulistas da fase anterior, raros persistiram. Não obstante a presença de profissionais de fora da Universidade, a grande maioria do corpo

²⁵ Praticamente todos os números foram editados por atos de beneficência. O n. 27 deveu-se ao governador José Rolembert Leite e a bancada de parlamentares federais. O n. 28 a José Carlos Teixeira através de sua gráfica em Brasília. O n. 29 ao Banese. O n. 30 à Fundação Augusto Franco. O 31 à Secretaria de Cultura do governo João Alves. Não encontramos referências sobre o patrocínio do n. 32. O 33 deveu-se ao empenho de José Carlos Teixeira, Secretário de Cultura do terceiro governo de João Alves. Cf. *RIHGSE*, n. 27-33.

²⁶ Os números 27 e 29 aparecem coordenados pela Profa. Maria Nele dos Santos, os n. 30 e 31 pelo Prof. Luiz Fernando R. Soutelo e os n. 32 e 33 pelo Prof. Pedrinho dos Santos. Não há registro de coordenador no n. 28.

de redatores dispunha de formação acadêmica e estava envolvido em pesquisa sistemática. O resultado foi um conjunto de artigos substanciais, alguns dos quais revelando rigor metodológico e esforço investigativo.

Alguns temas costumeiros, como estudos sobre os municípios, continuaram. A partir do n. 31 surgiu uma seção de páginas de saudades com pequenos artigos em homenagem a sócios falecidos no período, mas por vezes sem registrar data de nascimento e de morte.

O número 30, de 1989, foi dedicado ao estudo da obra do pensador sergipano Tobias Barreto, por ocasião do centenário de seu falecimento. Como observamos em outra obra,

enquanto em 1939, quando se comemorava o centenário do seu nascimento, os discursos tiveram um tom apologético, permeados de retórica de efeito laudatório, cinquenta anos depois, os textos divulgados foram mais analíticos, dotados de avaliação crítica sobre aspectos de sua obra.²⁷

Outra mudança, entre os dois últimos períodos foi a ampliação das temáticas. Sem abandonar antigas matérias como biografia e eventos políticos, surgiram artigos sobre a economia no século XIX, o negro no sistema de escravidão, epidemia de cólera, movimento operário, índios, dentre outros.

Entre os autores de destaque pelo volume associado com a qualidade dos textos, nesse período lembramos a historiadora Maria Thétis Nunes (1923–2009), com seus trabalhos no campo da História e da biografia; a antropóloga Beatriz Góis Dantas (1941-), que publicou três artigos sobre aldeias indígenas em Sergipe, além do texto sobre *Autos e Danças Folclóricas*; o antropólogo Luiz Mott (1946-), professor aposentado da UFBA, que tratou da História de Sergipe nos séculos XVIII e XIX com trabalhos originais; o pensador José Silvério Leite Fontes (1925-2005), um dos principais responsáveis pela formação teórica

²⁷ Ibarê Dantas . *Ob. cit.*, 2012, p. 434.

dos acadêmicos de História da UFS, divulgou textos sobre metodologia histórica, pensamento filosófico e cidades e vilas de Sergipe.

Apesar de haverem colaborado com menos assiduidade, merecem ser lembradas também as contribuições dos professores Maria da Glória Santana de Almeida, sobre a economia do século XIX; Josué Modesto dos Passos Subrinho, enfocando o tráfico de escravos e Diana Maria Diniz, analisando a cultura do algodão; Terezinha Oliva sobre a Revolta de Fausto Cardoso. Participante desse grupo, também colaboramos com artigos sobre as tendências eleitorais em Sergipe, sobre greves operárias e com a montagem do índice geral da Revista, este com a ajuda de Itamar Freitas. Enfim, não obstante a irregularidade da publicação, essa fase proporcionou um enriquecimento significativo à historiografia sergipana.

QUARTA FASE (2005-2012)

Nesse pequeno período de oito anos, pode-se dizer que o IHGSE viveu um ciclo virtuoso. Um dos indicadores dessa condição foi o lançamento anual da Revista na data do aniversário da Instituição.²⁸ No conjunto, saíram nove exemplares. Atingia assim uma regularidade jamais alcançada pelo Sodalício. Com os recursos da computação, a apresentação gráfica foi aperfeiçoada: capa colorida, com brasão do Instituto, aprimorado por desenho do artista plástico Bené Santana. Ademais, apareceu mais encorpada, variando entre 277 a 463 páginas, com número inédito de colaboradores e com trabalhos abordando temas teórico-metodológicos diferentes.

Esse novo padrão explica-se em grande parte pelo novo momento histórico. O Instituto atravessava um momento de amplas reformas de sua estrutura física, reorganização do acervo e modernização de suas ações, inclusive digitalização de parte de sua hemeroteca. Nesse tempo, os cursos de ciências humanas estavam em pleno funcionamento,

²⁸ Em 2009 foram editados dois números, um dos quais saiu depois da data do aniversário.

entre os quais pelo menos três superiores de História, formando vários pesquisadores e ampliando a massa crítica estadual.²⁹

A Universidade Federal de Sergipe vivia uma fase de expansão até então desconhecida em nosso Estado. O número de alunos de graduação triplicou e o de pós-graduação multiplicou-se por mais de cinco. Concorria também para ampliar o potencial de colaboradores e de leitores a aproximação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) com a Associação Nacional de História – Núcleo Sergipe (ANPUH-SE), nascendo daí uma parceria que, com a cooperação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e de outras instituições, resultou na organização do I Congresso Sergipano de História, ocorrido de 08 a 10 de outubro de 2008. O evento contou com a participação de professores, estudantes de vários estados da federação, desde o Nordeste ao Sudeste, inclusive delegação do Rio de Janeiro, totalizando 513 inscritos. Palestras, mesas redondas, 12 minicursos temáticos e 226 comunicações, muitas das quais pleiteariam publicação na Revista do IHGSE.

Era uma situação bem diferenciada daquela dos anos cinquenta e sessenta, quando havia certa carência de trabalhos de bom nível. Além disso, a facilidade de editar nunca pareceu tão real. A Secretaria de Cultura do Estado publicou o n. 34, dedicada à comemoração do sesquicentenário de Aracaju. Por esse tempo, foi firmado um convênio entre o IHGSE e a UFS, que assegurou a edição do n. 35 até o n. 41, permitindo os lançamentos no dia seis de agosto de cada ano. O n. 34 foi uma edição comemorativa do sesquicentenário de Aracaju, o n. 35 teve como tema principal o centenário da Revolta Fausto Cardoso, o n. 39 saiu em homenagem à Professora Maria Thetis Nunes em face do seu passamento.³⁰ Os números 36 e 37 trouxeram artigos com assuntos mais variados. As edições dos números 40, 41 e 42 obedeceram à

²⁹ Os cursos situavam-se na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade Tiradentes (UNIT) e nas Faculdade José Augusto Vieira (FJAV).

³⁰ Os responsáveis pela edição da revista n. 34 foram: Antônio Carlos dos Santos, José Mário dos Santos Resende e Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Este último coordenou os n. 35 a 39, Giliard da Silva Prado, os n. 40 e 41, e Magno Francisco de Jesus Santos, o n. 42.

orientação temática na forma de dossiê. O n. 40 dedicou-se a estudos sobre Sergipe nos programas de História do Brasil em História no Brasil, o n. 41 concentrou-se na historiografia educacional sergipana e o último foi dedicado aos intelectuais da Casa de Sergipe. Pode-se dizer então que a Revista do IHGSE reafirmava seu perfil de órgão plural acolhedor da produção intelectual de várias tendências que estudam a realidade sergipana, acatando a contribuição de novos autores e de consagrados historiadores, alguns dos quais haviam colaborado na fase anterior.

Em 2008, a divulgação ampliou-se, na medida em que toda a coleção foi digitalizada, facultando as edições em CD, inclusive as mais antigas, consideradas obras raríssimas. As publicações mais recentes passaram a ser disponibilizadas tanto em suporte de papel quanto em CD. Em face disso, a tiragem impressa diminuiu. Enquanto os números 34 e 35 circularam em 700 unidades, os demais baixaram para 300 (n. 36), e 350 (n. 37). Depois, a tiragem estabilizou-se em 400 exemplares (n. 38, n. 39 e n. 40). Quando a forma digital despertou mais interesse, as edições em papel reduziram-se para 200 unidades.

Apesar das edições comemorativas, no conjunto registrou-se grande diversificação temática e de autores. Os artigos biográficos revelaram-se em geral mais circunstanciados. Com a predominância da história cultural, multiplicaram-se os textos sobre educação, festas religiosas, mulher, escravo, genealogia, sindicalismo, modernização da capital, com maior número colaboradores, tornando mais difícil estabelecer destaques.

Paulatinamente, a Revista adequou-se às diretrizes da Capes. O número 37 apresentou algumas inovações formais. Pela primeira vez, apareceu menção ao editor e à comissão editorial. Em 2010, “o novo editor, Giliard da Silva Prado, reformulou o Conselho Editorial e formou um Conselho Consultivo, constituído por professores consagrados de oito instituições de ensino superior do Brasil.”³¹

Com regularização da periodicidade, a expansão temática e autoral na publicação de textos e a adequação aos parâmetros da Capes,

³¹ Samuel Barros de Medeiros Albuquerque. Apresentação. Aracaju, *RIHGSE*, n. 42, 2012, p. 19

a Revista do IHGSE obteve avaliação positiva pelo Programa Qualis/Capes, com o estrato B3 em 2011. Dois anos depois, ou seja, em 2013, quando celebrava seu centenário, a qualificação persistia. Era um reconhecimento pelo nível atingido.

Durante esse tempo, numerosos periódicos passaram a circular em Sergipe. Como a UFS encontrou dificuldade em produzir uma Revista única exclusiva da instituição, promoveu o projeto dos cadernos específicos de cada área. Dentro dessa orientação, Direito, Educação, Geografia, Pedagogia, do Estudante e tantos outros que enriqueceram muito a produção. Entretanto, ficou sempre o espaço para o periódico do IHGSE, cada vez mais prestigiado e reconhecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso centenário, a Revista do IHGSE, apesar das dificuldades em vários momentos, desempenhou um papel dos mais relevantes na divulgação do saber. Durante esse tempo, sofreu as repercussões das mudanças políticas institucionais, econômicas, sociais e culturais, mas persistiu orientada pelos postulados estatutários e, de conformidade com as realidades do seu tempo, buscou melhorar sua apresentação gráfica e seu conteúdo.

Embora em vários momentos dependesse do Estado para promover suas edições, em grande parte de seu percurso a Revista cultivou a autonomia e funcionou como uma agência de ilustração, proporcionando enorme contribuição à cultura local. Dentro desse processo, as parcerias com a UFS, a partir dos anos setenta, revelaram-se salutares tanto pela colaboração dos professores quanto pelas publicações da própria Revista. Com esses suportes, o IHGSE construiu um acervo de produção intelectual extraordinário, com as qualidades de entidade sem fins lucrativos e sem as amarras da burocracia.

A primeira fase (1913-1929) foi das mais fecundas, quando intelectuais impregnados pela mentalidade cientificista, passaram a explicar os fatos a partir de causas naturais e/ou científicas, concorrendo para difundir entre os sergipanos uma certa visão secularizada e crítica da sociedade.

Num segundo período da Revista, abrangendo os anos quarenta até meados dos sessenta, continuaram os trabalhos na área de Geografia e, sobretudo, de História, a maioria dos quais com narrativas descritivas, mas valiosas, tratando de acontecimentos, instituições e da gente sergipana.

Na terceira fase, especialmente a partir de 1978, quando o referido periódico voltou a circular, até 2002, o elenco de estudos apresentou feição mais analítica. Foi o período em que os professores da recém-criada universidade começaram a colaborar com metodologias e objetos de estudo mais explicitados, tornando os trabalhos menos espontâneos e por vezes mais refinados.

A partir de 2004, essa diversidade de objetos de estudo acentuou-se. A Revista passou a circular com periodicidade regular. Os congressos animaram os professores e estudantes que buscaram divulgar seus artigos de vários temas, sob a predominância da História cultural e da História social.

Voltada para o estudo da realidade estadual, a Revista revelou Sergipe cada vez mais, abrindo o leque temático dentro da área das ciências humanas com predominância para a História. Neste sentido, debateu a questão dos limites com a Bahia. Divulgou as histórias de vários municípios, mostrou os feitos dos sergipanos em numerosas biografias e deixou marcos fundamentais para estudos posteriores. Analisou sua rica cultura popular e os indígenas, num longo esforço para desvelar a História, envolvendo os traços culturais da sociedade, buscando fundamentar o conceito de sergipanidade.

Enfim, ao longo dos primeiros cem anos de existência, a Revista da Casa de Sergipe proporcionou uma contribuição inestimável aos estudos sobre a história, a cultura e a política no Estado. Ultrapassou as adversidades, empenhou-se em acompanhar as demandas dos novos tempos, incorporou modernas tecnologias e ampliou seu campo de ação, contribuindo para a construção da identidade sergipana.